



30
anos

SEDUFSM

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UFSM

SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN

NOVEMBRO DE 2019

*Sindicato de luta,
**nas ruas,
nas praças***



“A defesa da categoria e da universidade sempre foi característica de nosso sindicato”

Ao Leitor

Dez anos atrás publicamos a revista comemorativa aos 20 anos da Seção Sindical dos Docentes da UFSM, fundada em 7 de novembro de 1989, em uma assembleia no auditório do CCSH (Antiga Reitoria), com a presença de 70 pessoas. Passados 10 anos, reeditamos a publicação que marca os 30 anos de uma história de lutas árduas, mas também muitas conquistas.

Se hoje a Sedufsm possui aproximadamente 1.200 filiados, é por que ao longo de sua história soube galvanizar a esperança de que só o ensino público, a universidade pública, gratuita, de qualidade, e socialmente referenciada, podem salvar o país da barbárie e ao mesmo tempo alçar a nação ao desenvolvimento econômico e social.

Em 2009, falávamos das origens do sindicato e seus fundadores, de importantes conquistas como a do percentual de 84,32% (Plano Collor) agregado aos salários, uma das primeiras grandes vitórias judiciais da entidade. Enfatizávamos a importância da greve de 1991, de 100 dias, durante o governo Collor, cujo movimento na UFSM solidificou o papel da seção sindical.

Nesta mesma edição, lembramos também os abalos sofridos pela Sedufsm, pelo ANDES-SN e suas seções sindicais, atacados por grupos políticos do governo Lula (PT), que manobram pela criação de um sindicato paralelo (o Proifes).

Lembrávamos, na publicação de 2009, que a defesa da categoria e da universidade pública sempre foi a característica de nosso sindicato. Foram movimento de greve nos tempos de penúria dos mandatos de FHC (PSDB), mas que tiveram momentos de luta também nos

governos de Lula, que atacou a previdência do servidor e chegou a conceder reajuste de 0,1% ao funcionalismo.

Na edição de 30 anos, precisamos lembrar da luta contra a Ebserh (empresa de direito privado), criada por Lula/Dilma para gerenciar os hospitais universitários, que deixaram prioritariamente o caráter de hospital-escola, para serem assistenciais.

Em nossa memória, não podemos olvidar das lutas de 2013, com milhares de pessoas nas ruas. E, especialmente em Santa Maria, os milhares de gritos pedindo justiça pela tragédia criminosa que ceifou a vida de 242 pessoas na Boate Kiss.

E, claro, na história mais recente, temos que registrar o processo de resistência mais duro desde a redemocratização do país, a partir da política de desmonte do Estado brasileiro e que colocam em jogo a própria democracia pós-1988.

Após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, o governo interino de Michel Temer marcou pelo ataque à previdência pública, barrado pela união dos trabalhadores. Contudo, a reforma trabalhista avançou.

Essa publicação sai em um momento de extrema importância para a universidade e para os movimentos sindical e social. O governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro está prestes a completar um ano, em meio a ataques aos sindicatos, à universidade, e aos direitos sociais.

O momento é de comemoração pelos 30 anos de vida da Sedufsm. Mas, também é de reflexão e de apelo para que arregacemos as mangas. A luta é permanente.

NOVEMBRO DE 2019



Publicação comemorativa aos 30 anos da Seção Sindical dos Docentes da UFSM

Diretoria da SEDUFMS: Presidente: *Júlio Ricardo Quevedo dos Santos*; Vice-Presidente: *João Carlos Gilli Martins*; Secretária-Geral: *Maristela da Silva Souza*; Primeira Secretária: *Leila Regina Wolff*; Tesoureiro-Geral: *Gihad Mohamad*; Primeiro Tesoureiro: *Carlos Alberto da Fonseca Pires*; Primeira Suplente: *Valeska Fortes de Oliveira*; Segunda Suplente: *Adriana Graciela Desire Zecca*; Terceira Suplente: *Roselene Moreira Gomes Pommer*.

Edição e textos: *Fritz R. Nunes* (MTb nº 8033) e *Ivan Lautert*

Equipe de jornalismo: *Bruna Homrich Vasconcellos*, *Fritz R. Nunes*, *Ivan Lautert* e *Rafael Balbuena*.

Equipe de Relações Públicas: *Fernanda Brusius* e *Vilma Ochoa*

Setor administrativo: *Dirleia Balensiefer*, *Vinicius Heinz* e *Rossana Siega*

Diagramação e projeto gráfico: *J. Adams Propaganda*

Impressão: *Gráfica Almeida* - Santa Maria (RS)

Tiragem: 1.300 exemplares.

Obs: Sugestões, críticas e opiniões podem ser enviadas via fone (55) 3222-5765 ou pelo e-mail sedufsm@terra.com.br

A SEDUFMS funciona na André Marques, 665, CEP 97010-041, em Santa Maria (RS).



Sindicatos e universidades na mira

No dia 1º de janeiro de 2019 tomou posse Jair Messias Bolsonaro. Eleito com um discurso de extrema-direita, o novo presidente, deputado por 28 anos e capitão da reserva do Exército, elegeu, desde o início, sindicatos e universidades como seus alvos preferenciais.

Já no dia 1º de março, em pleno Carnaval, Bolsonaro assinou a Medida Provisória (MP 873) que buscava inviabilizar a arrecadação dos sindicatos, derrubando desconto da mensalidade em folha e obrigando a que o pagamento fosse somente via boleto bancário. Depois de contestações judiciais e protestos, a MP não foi apreciada pela Câmara e perdeu sua validade.

Em relação às universidades, tanto o primeiro ministro da Educação, Ricardo Veléz Rodriguez, que durou poucos meses no cargo, quanto seu sucessor, Abraham Weintraub, voltaram suas baterias para essas instituições. De locais de produção de conhecimento, passaram a ser consideradas “antros” de doutrinação ideológica, com pessoas usando drogas e participando de orgias. Para barrar a suposta doutrinação de esquerda, o desrespeito à autonomia, com a nomeação de reitores após o crivo do governo.

Depois essa pintura esdrúxula das



universidades, o governo passa a atacar o setor com os constantes cortes de recursos, que levaram a verdadeiros levantes a partir do mês de maio, com milhões de pessoas nas ruas em todo o país. Já no início do segundo semestre, deixando um pouco de lado os adjetivos ofensivos, o MEC muda o discurso, e

apresenta o programa Future-se como a salvação da lavoura. A busca de recursos empresariais como forma de sustentação financeira.

Mas, nada disso é novo. Passando pela ditadura civil militar, praticamente todos os governos, desde Sarney, Collor, FHC, apontaram para a privatização do ensino superior. A novidade agora é que, a expansão sem planejamento dos governos Lula e Dilma, somada à aprovação de leis como a lei de inovação tecnológica e o novo marco de ciência e tecnologia, abriram as brechas legais para a privatização por dentro das universidades.

Assim, os cortes em investimentos devido à Emenda Constitucional 95/16, o congelamento dos salários no setor público, são ações importantes que criaram as condições para que se tenha como principal opção de sobrevivência, captar recursos junto ao setor privado.

E, de quebra, o que o governo com mandato-tampão de Michel Temer não havia conseguido entregar, que era o desmonte da previdência pública, Bolsonaro e seu banqueiro na pasta da Fazenda, Paulo Guedes, entregaram.



Manifestação em 15 de maio de 2019, contra cortes na educação, levou milhares às ruas de Santa Maria

Retrocesso a passos largos

Afirmar que, em 2016, o afastamento da presidente Dilma Rousseff representou um “golpe” contra as instituições, ainda gera controvérsia. Entretanto, o que é ponto pacífico é que a assunção de Michel Temer (MDB), vice de Dilma, à presidência, com apoio da maioria dos partidos de direita, significou a implementação rápida de medidas contidas no programa 'Ponte para o futuro'.

A política posta em prática a partir de então fez avançar a reforma trabalhista, que, na prática, gerou reduções drásticas nos direitos dos trabalhadores, bem como aprovou a lei das terceirizações, que é complementar às mudanças na legislação trabalhista.

Se, por um lado, a reforma da previdência, que sempre foi o objetivo de Temer, não avançou graças à resistência de sindicatos, centrais sindicais e movimentos sociais, que promoveram paralisações e greve geral, por outro, antes que terminasse o primeiro ano de mandato, em 2016, o governo federal sacramentou, tanto na Câmara como no Senado, a aprovação

da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 55), que se transformou, depois de aprovada, em Emenda Constitucional 95.

Essa emenda foi responsável pela implantação do Novo Regime Fiscal, criando um Teto de Gastos para o setor público, responsável pela crise de falta de recursos que temos visto desde então. Contudo, apesar de o governo ter maioria nas duas casas congressuais, a medida não foi aprovada em um passeio. Houve rebelião.

Na UFSM, a luta contra a PEC 55/2016 gerou uma greve histórica dos estudantes, que às centenas ocuparam prédios importantes da instituição. E as ocupações ocorreram em todo o Brasil.

A resistência se deu também entre os demais segmentos. No caso dos professores, foi a greve mais recente que ocorreu. Iniciada em 22 de novembro, ela se estendeu até o dia 14 de dezembro, com a realização de atividades conjuntas de rua, protesto na Câmara de Vereadores, participação de atos em Brasília.



Greve geral contra a reforma da previdência, em 28 de abril de 2017



Docentes aprovam greve contra a PEC 55, em 18 de novembro de 2016

Assembleia estudantil na UFSM contra a PEC 55, em 10 de novembro de 2016



Quando paralisar significa movimento

Arquivo/SEDUFMS

A greve é considerada a ferramenta de luta utilizada quando se esgotam todas as outras formas de negociação. E ao longo das três décadas de existência da Sedufsm, o movimento grevista tem significado exatamente isso: uma forma de pressão contra o descaso dos mais diferentes governos.

Na década de 1980, as paralisações ocorriam, mesmo ainda sob o tãção da ditadura, sem a presença de um sindicato, com o objetivo de se obter direitos mínimos. Veio a redemocratização, e as greves continuaram se sucedendo, já com a possibilidade de filiação sindical. Foi assim, na greve dos 100 dias, em 1991, durante o governo Collor, e depois no governo Itamar Franco, com greves praticamente todos os anos para garantir o poder de compra em meio à inflação alta.

Períodos duros nos anos 90, com o projeto neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, que atacou a previdência, impôs uma Lei de Diretrizes e Bases (LDB), e congelou os salários e contratações nas universidades. As mínimas melhorias se davam somente através da criação de gratificações produtivistas, como foi o caso da GED (Gratificação de Estímulo à Docência).

O fim das gestões do PSDB, e a ascensão do PT, através de Lula em 2003, reeleito em 2006, e de Dilma, eleita em 2010 e reeleita em 2014, não



representaram, como muitos imaginavam, um grande avanço no que se refere a uma política salarial, um plano de carreira, ou uma prioridade para o ensino superior público.

O primeiro grande golpe foi em 2003, quando em menos de um ano de governo, Lula propôs alterações na previdência dos servidores públicos, com o fim da integralidade de vencimentos para quem ingressasse após essas alterações na lei. A medida foi uma continuidade do processo de privatização previdenciária, iniciada por FHC, com a livre entrada dos

fundos de pensão.

Mas os ataques aos servidores públicos seguiram-se ao longo dos mandatos petistas. Jamais foi cumprida a decisão do Supremo (STF) de conceder reajustes anuais, estabelecendo uma database. Assim como nos governos tucanos, petistas responderam a movimentos paredistas, como os de 2005 e 2012, que reivindicavam uma carreira melhor estruturada, com mais desestruturação, através de acordos feitos com a entidade paralela, o Proifes.

Os movimentos paredistas de 2003, 2005, 2012, se não alcançaram plenamente seus objetivos, sempre conquistaram algum avanço, como por exemplo, mais recursos para a educação, levantando, por exemplo, a bandeira dos 10% do PIB para a educação.

No caso da greve mais recente, a de 2016, a pauta não era salarial, ou mesmo relacionada à carreira, mas em defesa da universidade pública. Se a paralisação de quase um mês, feita de forma concomitante com as ocupações estudantis, não chegaram a barrar a PEC 55 (teto de gastos), serviram para denunciar à opinião pública o significado daquela alteração na Constituição, cujos efeitos já começamos a sentir de forma dramática.



Anfiteatro Gulerpe lotado em uma plenária na metade dos anos 90

Por diversas vezes a Sedufsm ocupou a praça Saldanha Marinho com música, luta e política, usando a linguagem da cultura em uma série de shows que homenagearam artistas cujas mensagens calaram fundo no imaginário popular, como Elis Regina, Clara Nunes, Raul Seixas (foto). Ao longo dos anos, outros shows foram levados à praça e trouxeram cantos de resistência latino-americanos, exaltando vozes de Mercedes Sosa, Joan Baez e Violeta Parra.



O vínculo cultural do sindicato com a praça e as ruas teve impulso a partir de 30 de novembro de 2011, com o show "Voz e folclore dos povos latinos" de Dante Ramon Ledesma, em comemoração aos 22 anos da SEDUFSM, que levou 1.800 pessoas à Praça S. Marinho.



A luta, horizonte inesgotável do Sindicato, também esteve em debate no "Cultura na Sedufsm". A 75ª edição teve como tema as "Jornadas de junho, cinco anos depois: como estão as ruas?" e contou com a presença do pesquisador e professor Pablo Ortellado (USP) e do jornalista portolegrense, do site 'Jornalismo B', Alexandre Haubrich. A mediação foi da professora do curso de Comunicação Social da UFSM, Liliâne Brignol.



Muitos dos shows na praça foram edições do projeto "Cultura na Sedufsm", existente desde 2005, que além de show, promoveu teatro, rodas de conversa, dança, exposições de arte, palestras e debates. É o caso da 57ª edição, em que o jornalista e escritor Mário Magalhães e a professora Ana Maria Estevão, da Unifesp, debateram a trajetória do guerrilheiro brasileiro Carlos Marighella, com mediação do saudoso Humberto Gabbi Zanatta.



Apresentação musical dentro do projeto "Talentos docentes", em 25 de setembro de 2015, no CTG Sentinela da Querência.

Luta se faz com arte, cultura... nos palcos e nas ruas



No dia 24 de agosto de 2016, a 66ª edição do "Cultura na Sedufsm" ocorreu no teatro Caixa Preta (CAL-UFSM), e contou com a apresentação da peça teatral "Apocalíptico". O objetivo era analisar a conjuntura política do governo Temer, através de uma encenação artística.



"Os 50 anos do golpe de 1964" foram debatidos na 62ª edição do Cultura na Sedufsm, no dia 4 de abril de 2014. Na mesa, nomes importantes como o jornalista Luiz Cláudio Cunha, o professor de História, Gilvan Dockhorn, o sindicalista da CSP-Conlutas, Luiz Carlos Prates ('Mancha') e o militante comunista, Hans Baumann.



O mês da consciência negra foi lembrado na 72ª edição do "Cultura na Sedufsm". No dia 17 de novembro de 2017, foi apresentado na praça Saldanha Marinho, e depois no Auditório do sindicato, o projeto vindo diretamente de Pelotas (RS), e que buscava resgatar a tradição dos tambores. A apresentação foi de 'Kako Xavier e a Tamborada'.



A tristeza pelas mortes de 242 pessoas no incêndio da Boate Kiss, em 27 de janeiro de 2013, misturou-se com os gritos de indignação pela falta de punição aos responsáveis pela catástrofe, e também pela impunidade de setores do poder público. A Sedufsm foi peça importante na solidariedade e apoio aos familiares de vítimas e sobreviventes. Foto de protesto em janeiro de 2014.



Entre os anos de 2011 e 2012, a Sedufsm esteve participante da luta dos indígenas que buscavam sedimentar suas raízes em Santa Maria. E um dos fatos marcantes, ocorrido em 19 de abril de 2012, foi quando membros da aldeia Três Soitas, da etnia Kaingang, foram convidados, por iniciativa da diretoria do sindicato, a assistir de forma inédita, uma sessão de cinema para verem "Xingu".



“Future-se,” um slogan de vendas

Sessão do Conselho
Universitário da UFSM,
em 2 de outubro, que
rejeitou o Future-se

A mais nova tentativa de inserir o capital privado na Universidade Pública talvez seja uma das mais audaciosas, mas não é nem de perto a primeira. Desde a época do governo FHC, com o fortalecimento das fundações de apoio, passando por Lula e Dilma, com a Empresa para gerir hospitais universitários (Ebserh), lutar contra a privatização das universidades públicas sempre foi uma das principais bandeiras do Sindicato.

O Projeto “Future-se”, apresentado pelo Ministério da Educação do governo Bolsonaro em julho de 2019, e recauchutado no mês de outubro, trouxe entre as propostas de sua versão original parcerias público-privadas e venda dos ‘naming rights’ de prédios de universidades para patrocinadores. Na versão modificada, as fundações de apoio foram alçadas a um maior protagonismo.

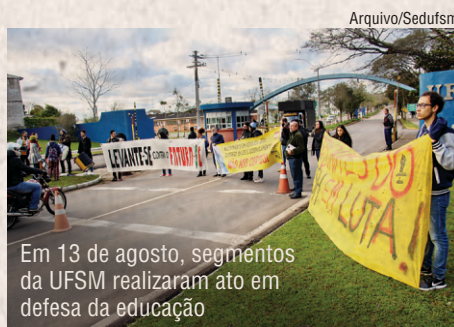
Ainda que sofra várias alterações antes de ser votada no congresso, o projeto deixa bastante claro qual é o plano do governo para as Universidades Públicas: a adoção da lógica do setor privado e a produção de conhecimento de forma mercantil. Junte o projeto à prática já recorrente do presidente de nomear reitores que não venceram as consultas internas em suas Universidades e estará bem desenhado o ataque à autonomia das Instituições Federais (IFES).

No que diz respeito à sua constitucionalidade, o Future-se apresenta diversas contradições e passagens propositalmente vagas. Em nota técnica produzida pelo escritório Wagner Advogados, que presta assessoria jurídica à Sedufsm, a firma identifica claro conflito do projeto com o artigo 207 da Constituição Federal que garante às IFES “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obediência ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. O parecer jurídico constata: “A partir do que já foi exposto e dos impactos presumíveis até o momento, vislumbra-se evidentes inconstitucionalidades no projeto, especialmente no que diz com a afronta à autonomia das IFES”.

Na UFSM, a comunidade universitária tem se manifestado majoritaria-

mente em oposição ao Future-se. Por duas vezes o debate em torno do projeto lotou o Centro de Convenções da UFSM e, depois da pressão dos sindicatos e do movimento estudantil, a reitoria convocou uma sessão extraordinária do Conselho Universitário (dia 2 de outubro), no Centro de Convenções, que contou com a presença de mais de mil pessoas e aprovou uma nota oficial em nome da instituição rejeitando o projeto. “Nós estamos falando de uma proposta para países com economia de ponta num país com economia negativa, combalida e num forte processo de desindustrialização”, afirmou o reitor Paulo Burmann.

O vice-presidente da Sedufsm, João Gilli Martins, avalia que é preciso que as entidades nacionais convoquem mobilizações em defesa da universidade pública. “Essa organização para barrar esse projeto tem que ser levada a cabo nacionalmente e, nesse sentido, é tarefa do ANDES-SN, da FASUBRA, do SINASEFE e da UNE estarem à frente desse processo de luta. Paralelamente, é preciso mobilizar a opinião pública para também rejeitar esse projeto esclarecendo que a adesão a ele decreta o fim da universidade pública, gratuita, autônoma, laica, de qualidade e socialmente referenciada”, enfatiza Gilli.



Em 13 de agosto, segmentos da UFSM realizaram ato em defesa da educação

Arquivo/Sedufsm

A força que vem do coletivo

Há uma expressão que se tornou um clichê: a união faz a força. Pode até ser um chavão, mas que expressa o fato concreto de que, unidos, somos mais fortes, é inegável. Na medida em que a situação política e econômica do país foi se deteriorando, tornou-se necessária a formação de frentes de atuação conjunta, seja para discutir os ataques governamentais, em todos os níveis, seja para organizar atos e ações de resistência, como greves e paralisações, que se intensificaram nos governo de Michel Temer e de Jair Bolsonaro.

Em 29 de setembro de 2016, formava-se a Frente Combativa em Defesa do Serviço Público, em ato realizado no auditório do Colégio Politécnico da UFSM. Além da Sedufsm, tiveram participações fundamentais na estruturação desse grupo, sindicatos como Assufsm, Atens, Sindicaixa, Sinasefe, Sintergs, Ugeirm.

Parte dos integrantes dessa frente também se organizou através do Encontro Nacional de Educação (ENE), espaço de discussão e apontamentos de ações em defesa de políticas de educação com viés público e anti-neoliberal, e contra iniciativas de caráter autoritário, como foi o caso do 'Escola Sem Partido', cujo intuito real é de amordazar a comunidade escolar.

E foram as atuações através de frentes, reunindo sindicatos e movimentos, que geraram manifestações importantes, como por exemplo, a greve geral de 28 de abril de 2017, contra a reforma da previdência.

Já ao final de 2018, com a vitória nas urnas do candidato de extrema-direita, houve o entendimento de formar uma nova frente, a Frente Única de Trabalhadoras e Trabalhadores. A FUTT também mostrou-se imprescindível para, em conjunto com sindicatos, movimentos e centrais sindicais, organizar as várias manifestações em defesa da educação em 2019, bem como a própria greve geral do dia 14 de junho.

4º Congresso da CSP-Conlutas, 3 a 6 de outubro, em Vinhedo-SP



Arquivo/SEDUFMS



Lançamento da Frente Combativa em Defesa do Serviço Público, dia 29 de agosto de 2016



Não menos importante, no último período, tem sido a atuação da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas), entidade à qual o ANDES-SN é filiado. Mesmo que as outras centrais, em especial a maior delas, a CUT, não tenha se esforçado o suficiente para levar à frente as greves contra as reformas de Temer e, agora, de Bolsonaro, a CSP jamais deixou de convocar a classe trabalhadora para a luta.

Etapa municipal do III ENE, 15 de junho de 2018, na Escola Cilon Rosa

Inclusive, no 4º Congresso da CSP, entre os dias 3 e 6 de outubro, em Vinhedo (SP), as centenas de delegadas e delegados reafirmaram a autonomia e independência em relação a governos e classe patronal, e reafirmaram a necessidade de construir a unidade de ação em uma frente única com o objetivo de enfrentar as políticas do atual governo e seus apoiadores.

Uma vitória para não ser esquecida

A Sedufsm ainda era uma jovem seção sindical, quando obteve um ganho judicial, lembrado até hoje como uma das grandes vitórias na história da entidade: os 84,32%. O percentual correspondia às perdas salariais do Plano Collor (março de 1990), sonegado aos salários dos trabalhadores.

Arquivo/Sedufsm



Gestão da Sedufsm de 1992-94 fez a aquisição da sede própria

O ganho judicial ocorreu graças à atuação dos advogados Celso Carmelo e Dilermando de Barros, que ingressaram com a ação que beneficiava os professores anteriormente à Constituição de 1988, regidos pela CLT (ex-celetistas). O êxito dessa iniciativa contou com a colaboração fundamental do então reitor, Tabajara Gaúcho da Costa, que em janeiro de 1993, usando a prerrogativa legal da autonomia, implementou o pagamento em folha, estendendo administrativamente o percentual para os demais docentes celetistas, inclusive os que atuavam no ensino médio.

O ganho judicial fortaleceu o sindicato politicamente, ampliando o número de filiados. Também foi após essa ação

exitosa, a partir da doação de um percentual dos honorários dos advogados, que a diretoria da seção sindical conseguiu comprar uma sede própria, na rua André Marques, 665, onde se localiza até hoje, além de construir o Auditório, hoje denominado Suze Scalcon, em homenagem à vice-presidente da entidade na gestão 2014-2016, falecida em janeiro de 2015.

Apesar do impacto positivo que a vitória judicial causou, cerca de dois anos depois (1995), veio a decepção para os cerca de 900 professores beneficiados. Conforme o presidente da Sedufsm à época, Ricardo Rondinel, diferente de Tabajara Gaúcho da Costa, o reitor de então, Odilon Marcuzzo do Canto, decidiu ceder à pressão do governo federal, e ingressou com ação rescisória relativa ao ganho dos 84,32%, mesmo com a contrariedade da categoria.

A medida encaminhada pela Administração da UFSM levou a derrubada dos 84,32%, mesmo que a ação tenha sido paga após o trânsito em julgado na Justiça do Trabalho. A resposta do movimento docente se deu em uma assembleia, que aprovou o título de “*persona non grata*” ao reitor Odilon do Canto.

Na atualidade, a assessoria jurídica é feita pelo escritório Wagner Advogados, mas a natureza do trabalho, que é de defesa dos sindicalizados permanece. São dezenas de ações coletivas, entre as

mais recentes, a da proporcionalidade quanto ao regime de trabalho de 40h e 40h Dedicação Exclusiva comparado ao de 20h. Além disso, há o atendimento individualizado a filiados e filiadas, nas manhãs de terça, na sede da Sedufsm, e nas tardes de quinta, no campus de Camobi.

Berenice Corsetti (à direita) descerra placa inaugurando a sede



Auditório da Sedufsm, em 2015 recebeu nome de ex-diretora

Marcha realizada no campus de Santa Maria contra a Ebserh



Arquivo/SEDUFMS

A Batalha da Ebserh

O ano de 2011 está marcado na história da universidade e do movimento sindical docente. Foi o principal ano da grande batalha contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), criada através da Medida Provisória 520, em 31 de dezembro de 2010, no apagar das luzes do governo Lula.

O caráter privatista da proposta foi denunciado desde os primeiros dias pela Sedufsm, e também estendida pelas universidades do país, tendo ANDES-SN e Fasubra como principais protagonistas. O argumento do governo Lula, depois o de Dilma, foi sempre de agilizar o processo de contratação de profissionais nos HUs, que sofriam com as constantes decisões de tribunais obrigando que não se poderia permitir a permanência de terceirizados, que no caso da UFSM, eram selecionados através da Fatec.

Foram meses e meses dessa guerra anti-privatista, com algumas batalhas ganhas, como foi a derrubada por decurso de prazo, no Congresso Nacional, da MP 520. Entretanto, o governo Dilma encaminhou no dia 5 de julho de 2011, a mesma proposta à Câmara

ra, limada de algumas aberrações, como a possibilidade de os hospitais terem ações em bolsa de valores, na forma do projeto de lei 1749/11.

O projeto foi aprovado nas duas casas congressuais, e a partir de então, passou-se a outra etapa, que foi a batalha de pressão às universidades para adesão à Ebserh, através do canto da sereia dos recursos facilitados para acabar com a crise dos HUs. O primeiro passo para o “convencimento” se deu pela criação de cargos de direção nas unidades hospitalares da empresa federal, com remunerações convidativas. Na sequência, a pressão do governo e das reitorias para a aprovação nos Conselhos Universitários.

Na UFSM, a situação foi trágica. Levada à apreciação na reunião do Conselho Universitário do dia 13 de dezembro de 2013, a adesão não foi apreciada. Sob protestos dos três segmentos, que ocuparam a sala dos conselhos, o reitor à época, Felipe Müller, encerrou a sessão e, posteriormente, assinou a adesão à Ebserh ‘ad referendum’.

Apesar dos argumentos dos governos petistas, e também das gestões universitárias, de que a Ebserh não levaria à privatização dos HUs, o tempo mostrou que o movimento sindical estava pleno de razão. Os hospitais acabaram perdendo o caráter de “hospital-escola” passando a um modelo assistencial, submetidos a regras de medição de dados do setor privado. E, se não bastasse isso, a empresa gestora desses hospitais vem sendo citada pelo governo Bolsonaro como um modelo na construção de uma “nova” relação das universidades com o setor privado.

Presidente da Sedufsm entrega documento com resultado do plebiscito contra a Ebserh



Manifestantes contrários à Ebserh ocupam reunião do Consu, no dia 13.12.2013

Sindicato, para que te quero?



Beatriz Pippi

Professora aposentada do Centro de Artes e Letras - UFSM

"O sindicato sempre teve uma importância grande na minha vida. Participei desde as primeiras reuniões de sua criação. Na Sedufsm

pude aprofundar o conhecimento sobre a universidade como um todo, bem como participar de debates enriquecedores com os demais segmentos da comunidade acadêmica, na luta para garantir o ensino público, gratuito e de qualidade para toda a população. Para mim o sindicato sempre representou a oportunidade de exercitar a cidadania e a democracia."



Gianfabio Pimentel Franco

Enfermagem - UFSM-Palmeira das Missões

"Em 2008, quando fui empossado

como docente na UFSM, uma das minhas primeiras atitudes foi me filiar ao sindicato. Quando trabalhei anteriormente em outra universidade privada, também era filiado ao sindicato. Sempre acreditei na postura, na mobilização e na organização sindical, seja na busca ou manutenção de direitos individuais/coletivos da categoria docente. O sindicato sempre esteve à frente das lutas repassando informações de forma democrática e apartidária aos filiados e não filiados. Indubitavelmente, sem a atuação combativa dele, a busca pelos direitos classistas teriam um caminho muito mais tortuoso e sombrio."



Edison Cantarelli

Engenharia Florestal - UFSM-Frederico Westphalen

"Nossa classe historicamente sempre esteve suscetível às divergências e mudanças da administração no âmbito federal. Essa situação causa

certa instabilidade e insegurança do caminho a ser percorrido. Penso que é fundamental o fortalecimento de um sindicato que esteja atento aos acontecimentos e represente a categoria para que possamos manter valorizado e respeitado o docente do ensino superior. Estou no campus da UFSM em Frederico Westphalen, desde a criação em 2006 e para nós que estamos distantes da sede, faz-se mais necessário ainda a representatividade pelo sindicato, não somente na defesa da categoria mas também da universidade pública.



Maristela Souza

Educação Física (CEFD) - UFSM

"A importância do sindicato na minha vida é de uma grande dimensão. A Sedufsm me possibilitou compreender o trabalho docente como

uma prática social. O processo de militância em um sindicato, sem dúvidas, proporciona a compreensão dos determinantes políticos, sociais e econômicos que direcionam a educação superior pública em nossos países e, consequentemente a prática docente. E com esse conhecimento, torna-se mais claro o caminho da luta e também das conquistas. Essa luta não é individual, é classista. Não consigo mais me ver como sujeito histórico sem a luta no sindicato."



Zé Renato Mangaio

Artes Cênicas - UFSM

"O Sindicato representa a luta e a vontade de luta. A busca por um instrumento organizado de articulação entre os colegas para reivindicar coletivamente os direitos. É um espaço

para a reflexão e exposição de ideias, argumentos, opiniões. E em meu caso representa e tem representado um espaço para desenvolver arte e cultura."



Carmem Dickow Cardoso

Departamento de Química (CCNE) - UFSM

"Participo da Sedufsm desde 2011, mas

desde meus tempos como aluna da UFSM, pude acompanhar muitas ações do Sindicato que proporcionaram conquistas profissionais que hoje eu também posso usufruir, como docente. Fazer parte da Sedufsm me faz sentir valorizada como profissional e segura de que meus direitos de trabalhadora estão assegurados, no sentido de que há um compromisso constante de luta e resistência sendo levado adiante. Por fim, algo que tem permitido minha participação mais intensa nas atividades da Sedufsm como conselheira é a tranquilidade de que, enquanto estou, por exemplo, nas reuniões do Conselho, minha filha é assistida em um espaço de recreação, na sede. Essa foi uma conquista que valorizou a participação das mulheres sindicalizadas."